ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS: RECUPERAR A RESILIÊNCIA DOS OCEANOS E ALIVIAR OS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Caso 1: Os cavalos marinhos da Ria Formosa

O Parque Natural da Ria Formosa é a zona húmida de maior dimensão a sul de Portugal, cobrindo uma superfície de cerca de 18.000 ha, incluindo a área submersa. Além do estatuto de Parque Natural, é parte da Rede Natura 2000, zona de importância internacional classificada como sítio Ramsar e está incluída na Diretiva Habitats e Aves. A existência de um cordão de cinco ilhas, que formam uma barreira entre o mar e a Ria Formosa, permite a coexistência de uma grande diversidade de habitats marinhos (dunas, sapais, bancos de vasa, pradarias marinhas) e zonas de abrigo, alimentação e reprodução para aves aquáticas, peixes, moluscos e crustáceos. Os seus cordões dunares são tão dinâmicos como frágeis e a sua manutenção é essencial para impedir o avanço do mar, que tenderá a agravar-se nos próximos anos. A forte ocupação humana e diversos usos e atividades têm vindo a pressionar este ecossistema frágil, que foi a zona do mundo com a maior população conhecida de cavalos-marinhos das espécies *Hippocampus guttulatus e Hippocampus hippocampus*. Nos últimos 20 anos, as suas populações diminuíram 90% devido à apanha ilegal (para o mercado asiático da medicina tradicional) e acidental destas espécies (pesca acessória), degradação do seu habitat (ex: as pradarias marinhas), poluição sonora (devido ao excesso de tráfego de embarcações) e eventuais efeitos das alterações climáticas. Para evitar o seu desaparecimento, investigadores do Centro de Ciências do Mar (CCMAR) da Universidade do Algarve em parceria com a ANP|WWF, Sciaena e com o apoio da Fundação Oceano Azul, decidiram aprofundar o conhecimento científico sobre estas populações de cavalos-marinhos e propor medidas mais concretas para a sua proteção. Como resultado, em 2020, o ICNF designou duas AMPs entre Faro e Olhão para salvaguardar áreas importantes para os cavalos-marinhos e, em conjunto com outras entidades, definiu um "Plano de salvaguarda dos cavalos-marinhos na Ria Formosa", que define duas áreas de proteção total, excluindo todas as atividades humanas excepto as de carácter científico.

Caso 2: Açores um refúgio para a biodiversidade

Os Açores são uma das regiões com mais diversidade de espécies a nível global e com diferentes origens, que se concentram sobretudo nos bancos e montes submarinos que circundam as águas dos Açores. Com uma ZEE de 1 milhão de km2, representando 30% da ZEE europeia, e um sistema de correntes complexo, os afloramentos de águas profundas, ao redor dos montes submarinos e ilhas, provideniam uma fonte adicional de nutrientes para as águas superficiais do mar dos Açores, uma verdadeira estação de serviço para os grandes migradores.

A primeira Área Marinha Protegida nos Açores, criada em 1980, foi a Reserva Natural das Calderinhas do Faial e, atualmente, a Região Autónoma dos Açores inclui mais de 60 AMPs. As principais AMPs dentro do Parque Marinho dos Açores são reconhecidas pela Comissão Europeia como Lugares de Interesse para Conservação e Importância Comunitária, fazendo parte da rede Natura 2000. A destacar, cinco AMP que protegem quatro sítios hidrotermais, quatro AMPs que protegem montes submarinos, duas áreas offshore são protegidas devido à sua importância para as aves marinhas e a maior área de todas protege a Crista Médio-Atlântica a norte dos Açores.

A proteção deste tipo de habitats é crucial para salvaguardar habitats essenciais para muitas espécies, algumas delas essenciais para o equilíbrio e produtividade do mar dos Açores. É o caso das baleias, que têm um "papel crucial" na manutenção da saúde dos oceanos e do nosso clima: cada baleia captura a mesma quantidade de carbono que milhares de árvores.

Foi também nos Açores que foi designada a primeira AMP nacional além das 200mn, e a aceitação, em sede da OSPAR, da singular nomeação do campo Rainbow fez história mundialmente, uma vez que o ecossistema se encontra além das 200mn numa zona pertencente à plataforma continental portuguesa. Além disso, o mar dos Açores é um laboratório vivo para perceber os efeitos das alterações climáticas no oceano. A existência de fontes hidrotermais, locais naturalmente acidificados devido à libertação de água quente com altas concentrações de dióxido de carbono, têm sido usadas como laboratórios naturais para testar as respostas de algumas espécies aos efeitos da acidificação do meio marinho.

A NOSSA MISSÃO É TRAVAR A DEGRADAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL DO PLANETA E CONSTRUIR UM FUTURO NO QUAL AS PESSOAS VIVAM EM HARMONIA COM A NATUREZA.

FONTES

Barange, M., Bahri, T., Beveridge, M.C.M., Cochrane, K.L., Funge-Smith, S. & Poulain, F., eds. 2018. Impacts of climate change on fisheries and aquaculture: synthesis of current knowledge, adaptation and mitigation options, FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper No. 627. Rome: FAO.; **Bernhardt, J.R., Leslie, H.R. 2013**. Resilience to Climate Change in Coastal Marine Ecosystems, Annual Review of Marine Science 5: 371–92; **Borg, J., Burgess, S. and Milo-Dale, L. 2019**. Protecting Our Ocean - Europe's challenges to meet the 2020 deadlines. 31pp. .**Brander, L., Baulcomb, B., van der Lelij, J.A.C., Eppink, F., McVittie, A., Nijsten, L., van Beukering, P. 2015**. The benefits to people of expanding Marine Protected Areas, Report R-15/05, Institute for environmental Studies.; **Carr, M.H., Robinson, S.P., Wahle, C., Davis, G., Kroll, S., Murray, S., Schumacker, E.J., Williams, M. 2017**. The central importance of ecological spatial connectivity to effective coastal marine protected areas and to meeting the challenges of climate change in the marine environment, Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems. 27: 6–29.; **Fraschetti, S., Guarnieri, G., Bevilacqua, S., Terlizzi, A., Boero, F. 2013**. Protection enhances community and habitat stability: Evidence from a Mediterranean Marine Protected Area, PLoS ONE 8 (12). e81838.; **Hendriks, I. E., Olsen, Y. S., Ramajo, L., Basso, L., Steckbauer, A., Moore, T. S., Howard, J., and Duarte, C. M. 2014**. Photosynthetic activity buffers ocean acidification in seagrass meadows, Biogeosciences 11. 333–346.; **Haines, R., Hattam, C., Pantzar, M., Russi, D. 2018**. Study on the economic benefits of Marine Protected Areas: final report, European Commission.; **IPCC 2019**. Summary for Policymakers. In: IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, V. Masson-Delmotte, P. Zhai, M. Tignor, E. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Nicolai, A. Okem, J. Petzold, B. Rama, N.M. Weyer (eds.)]. In press.; **IUCN 2017**. The Ocean and climate change, Issue Brief.; **Marbà, N., Díaz-Almela, E., Duarte, C.M. 2014**. Mediterranean seagrass (Posidonia oceanica) loss between 1842 and 2009, Biological Conservation 176. 183 – 190.; **Luisetti, T., Jackson, E.L., Turner, R.K. 2013**. Valuing the European 'coastal blue carbon' storage benefit, Marine Pollution Bulletin 71. 101 – 106.; **Micheli, F., Saenz-Arroyo, A., Greenley, A., Vazquez, L., Espinoza Montes, J.A., Rossetto, M., De Leo, G.A. 2012**. Evidence that marine reserves enhance resilience to climatic impacts, PLoS ONE 7(7). e40832.; **Ocean and Climate Platform 2019**. Scientific Fact Sheets.; **Ocean and Climate Platform 2019**. Ocean & climate change: new challenges: Focus on 5 key themes of the IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere.; **OECD 2017**. Marine Protected Areas: Economics, Management and Effective Policy Mixes, OECD Publishing, Paris.; **Roberts, C.M., O'Leary, B.C., McCauley, D.J., Cury, P.M., Duarte, C.M., Lubchenco, J., Pauly, D., Sáenz-Arroyo, A., Sumaila, U.R., Wilson, R.W., et al. 2017**. Marine reserves can mitigate and promote adaptation to climate change, PNAS 24. 6167-6175.; **Russi D., Pantzar M., Kettunen M., Gitti G., Mutafoglu K., Kotulak M. & ten Brink P. 2016**. Socio-Economic Benefits of the EU Marine Protected Areas, Report prepared by the Institute for European Environmental Policy (IEEP) for DG Environment. ; **Telesca, L., Belluscio, A., Criscoli, A. Ardizzone, G., Apostolaki, E.T., Fraschetti, S., Gristina, M., Knittweis L., Martin, C.S., Pergent, G., Alagna, A. et al. 2015**. Seagrass meadows (Posidonia oceanica) distribution and trajectories of change, Scientific Reports 5. 12505.; **Tittensor, D.P., Beger, M., Boerder, K., Boyce, D.G., Cavanagh, R.D., Godin, A.C., Ortuño Crespo, G., Dunn, D.C., Ghiffary, W. et al. 2019**. Integrating climate adaptation and biodiversity conservation in the global ocean, Science Advances. 5.; **Watkiss, P., Ventura, A. and Poulain, F. 2019**. Decision-making and economics of adaptation to climate change in the fisheries and aquaculture sector, FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper No. 650. Rome: FAO.; **Westlund, L.; Charles, A.; García S.; Sanders, J. (eds). 2017**. Marine protected areas: Interactions with fishery livelihoods and food security, FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper No. 603. Rome: FAO.

Autores Pricipais:

Janica Borg
Senior Marine Protection and Spatial Planning Policy Coordinator

Alexandre Cornet
Ocean Policy Assistant

Estudos de Caso:

Ana Henriques
Técnica de Oceanos e Pescas da ANP|WWF

Nuno Barros
Técnico de Oceanos e Pescas da ANP|WWF

Gisela Costa
Técnica Júnior de Oceanos e Pescas da ANP|WWF

Para mais informações contacte:

Drª Antonia Leroy
Head of Ocean Policy

Larissa Milo-Dale
Senior Communications Officer, Marine

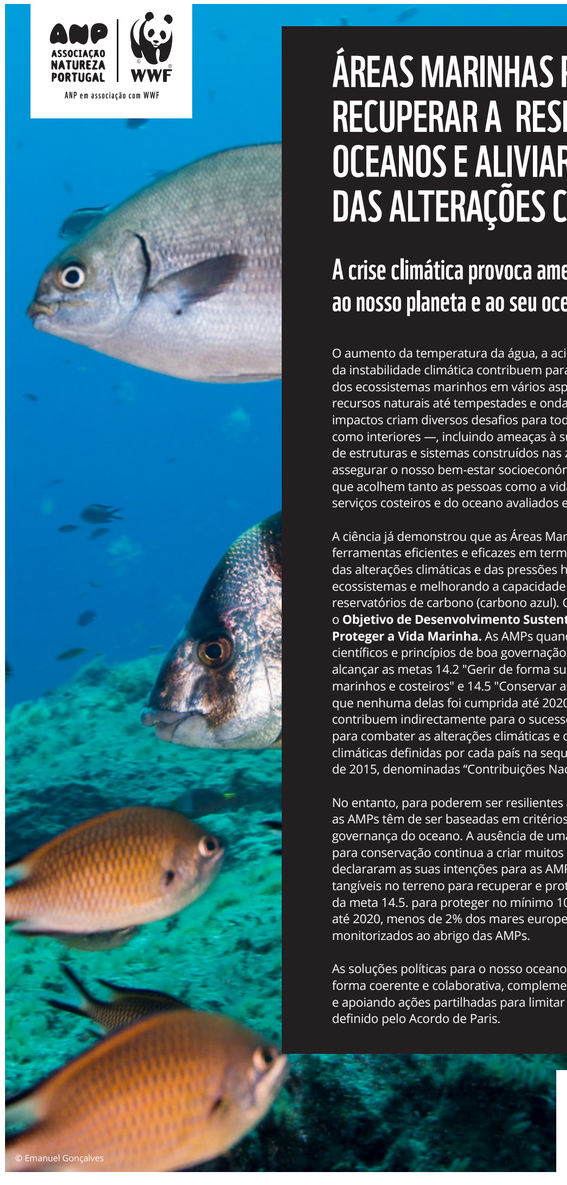
© 2020
Estudos de Caso ©2022

Todos os direitos reservados. ©1986 Símbolo do Panda WWF - World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund). Qualquer questão sobre este relatório deve ser endereçada para ANP, em associação com a WWF: Laboratórios do Audax, Rua Adriano Correia de Oliveira, 4 A – Lab H3, 1600 – 312 Lisboa | anp@natureza-portugal.org

Tradução: Mafalda Justino
Paginação: Margarida Arriaga e Cunha

Fotografia de capa: © Emanuel Gonçalves
Apoio à produção e impressão: Fundação Oceano Azul

ANP ASSOCIAÇÃO NATUREZA PORTUGAL | WWF
ANP em associação com WWF



ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS: RECUPERAR A RESILIÊNCIA DOS OCEANOS E ALIVIAR OS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A crise climática provoca ameaças sem precedentes ao nosso planeta e ao seu oceano

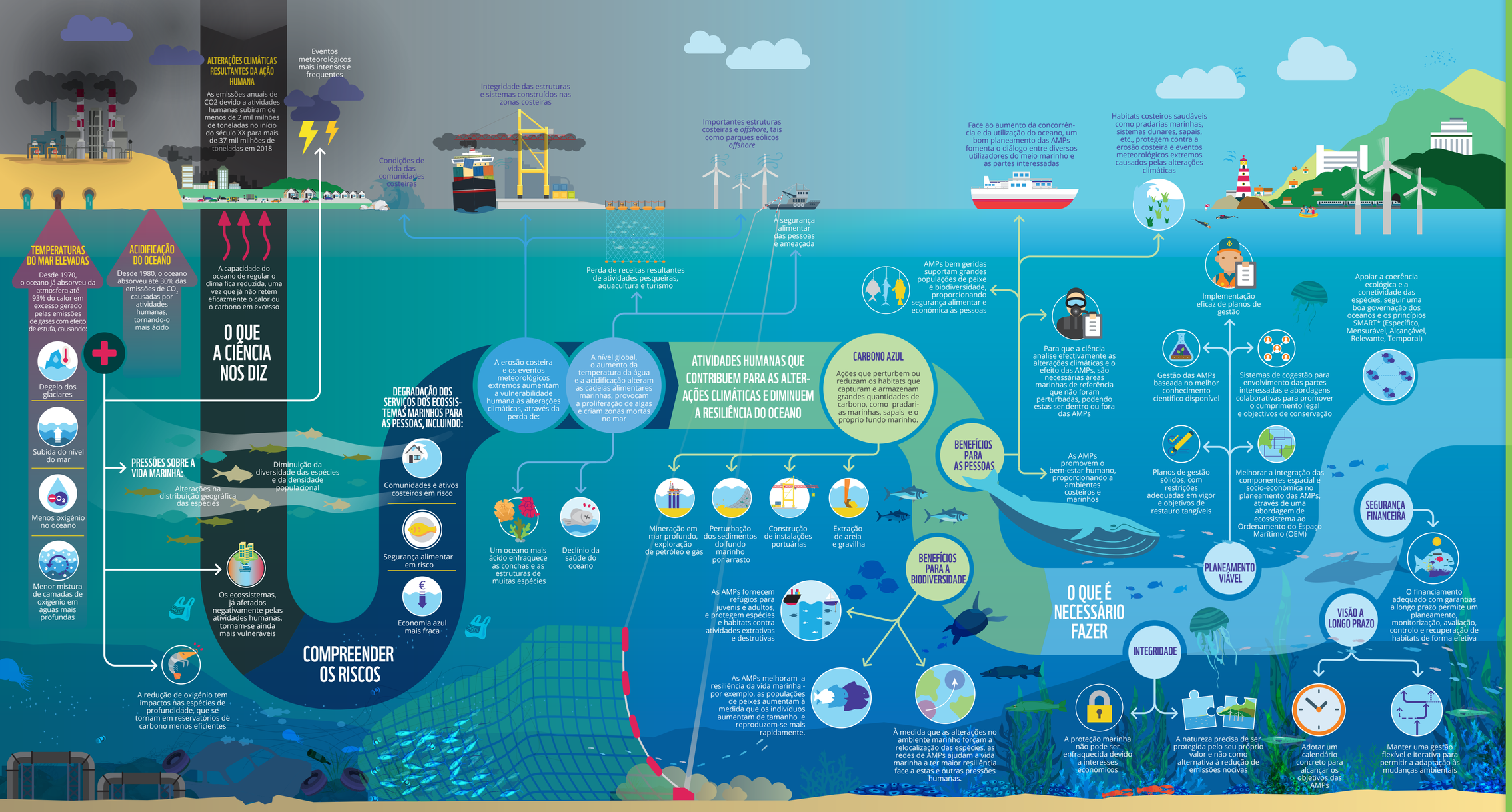
O aumento da temperatura da água, a acidificação dos oceanos e o aumento da instabilidade climática contribuem para a degradação e perda de serviços dos ecossistemas marinhos em vários aspetos: desde mudanças ao nível dos recursos naturais até tempestades e ondas de calor mais frequentes. Estes impactos criam diversos desafios para todas as comunidades — tanto costeiras como interiores —, incluindo ameaças à sua segurança alimentar, destruição de estruturas e sistemas construídos nas zonas costeiras, perda de ativos para assegurar o nosso bem-estar socioeconómico e o colapso de habitats marinhos que acolhem tanto as pessoas como a vida selvagem. Estão em risco bens e serviços costeiros e do oceano avaliados em 2,5 biliões de dólares por ano.

A ciência já demonstrou que as Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) são ferramentas eficientes e eficazes em termos de custo para aliviar os impactos das alterações climáticas e das pressões humanas, reforçando a resiliência dos ecossistemas e melhorando a capacidade dos habitats marinhos de agir como reservatórios de carbono (carbono azul). Como tal, contribuem diretamente para o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS) das Nações Unidas: Proteger a Vida Marinha.** As AMPs quando bem geridas - baseadas em critérios científicos e princípios de boa governação do oceano - são fundamentais para alcançar as metas 14.2 "Gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros" e 14.5 "Conservar as zonas costeiras e marinhas", sendo que nenhuma delas foi cumprida até 2020. Simultaneamente, AMPs efetivas contribuem indirectamente para o sucesso do ODS 13 "Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos" e para as ações climáticas definidas por cada país na sequência da ratificação do Acordo de Paris de 2015, denominadas "Contribuições Nacionalmente Determinadas".

No entanto, para poderem ser resilientes aos impactos das alterações climáticas, as AMPs têm de ser baseadas em critérios científicos e seguir uma boa governança do oceano. A ausência de uma gestão efetiva nas áreas designadas para conservação continua a criar muitos Parques no Papel, ou seja, os governos declararam as suas intenções para as AMPs, mas não implementaram ações tangíveis no terreno para recuperar e proteger eficazmente estas zonas. Apesar da meta 14.5. para proteger no mínimo 10% das áreas costeiras e marinhas até 2020, menos de 2% dos mares europeus são efetivamente geridos e monitorizados ao abrigo das AMPs.

As soluções políticas para o nosso oceano têm de funcionar conjuntamente de forma coerente e colaborativa, complementando a redução global de emissões e apoiando ações partilhadas para limitar o aquecimento global a 1,5 °C, como definido pelo Acordo de Paris.

Trabalhar em conjunto para salvaguardar as Áreas Marinhas Protegidas



RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

- Até 2030, **proteger pelo menos 30%** do nosso oceano implementando AMPs eficazes com elevado grau de proteção, **incluindo áreas totalmente protegidas,** com planos de gestão totalmente implementados, monitorização e comunicação de resultados transparente.
- Assegurar que as AMPs conservam a biodiversidade através do restauro e manutenção dos ecossistemas, com vista a **melhorar a sua funcionalidade**, aliviando assim os impactos das alterações climáticas.
- Assegurar que as AMPs são designadas em **locais ecologicamente válidos**, funcionando como uma rede coerente e bem conectada, e considerando mudanças previstas na distribuição geográfica das espécies devido às alterações climáticas.
- Assegurar que a **principal prioridade de todas as AMPs é a conservação da biodiversidade e o restauro dos ecossistemas,** e não o crescimento económico de indústrias marinhas ou esquemas de compensação de carbono. Uma economia azul sustentável e oportunidades económicas para as comunidades costeiras são benefícios adicionais e bem-vindos das AMPs.
- Desenvolver AMPs considerando o **ordenamento do espaço marítimo com base nos ecossistemas:** assegurar espaço para a natureza e ter em consideração a capacidade de carga limitada do nosso oceano aquando do planeamento de atividades económicas marinhas.
- **ACT NOW!**